

O que é o CEARÁ-MIRIM PREVI?

O INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL DE CEARÁ MIRIM - CEARÁ MIRIM PREVI foi criado pela Lei Municipal nº 1.637, de 12 de julho de 2013, e sancionada em 13 de dezembro do mesmo ano. É a entidade gestora dos benefícios previdenciários dos servidores estatutários da Prefeitura, Câmara Municipal, Autarquias e Fundações, com personalidade jurídica de direito público com autonomia administrativa, financeira e patrimonial.

Quem são os beneficiários?

Servidores efetivos / Concursados

- Servidores beneficiados pela estabilidade prevista no Art. 19 da ADCT, tema de repercussão geral nº254t
- Aposentados e pensionistas do RPPS

RGPS

Regime Geral da
Previdência Social

RPPS

Regimes Próprios
de Previdência Social

RCP

Regime de Previdência
Complementar

**Folder Educação previdenciária
benefícios previdenciários**

1ª edição, 2025.

Presidente do Ceará-Mirim Previ

Ana Paula Ramalho câmara

Diretoria de Previdência

Luis Antônio de Lima Ferreira

Elaboração

Fernanda Silva de Andrade Penha
João Pedro Ramos dos Santos

Colaboradores

Giuliani Patrícia Guedes do Nascimento
Natália Tomaz Belmiro



Rua Gen. João Varela, 635 – Centro, CearáMirim/RN
Site: <https://previ.cearamirim.rn.gov.br/inicio/>
Instagram – @cearamirimpervi
Telefone: (84) 9 9142-6299 (Whatsapp)



EDUCAÇÃO PREVIDENCIÁRIA

Benefícios Previdenciários

Ano base 2025



BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS



SEGURADO

APOSENTADORIA



DEPENDENTE

PENSÃO POR MORTE

TIPOS DE APOSENTADORIAS

Aposentadoria por Incapacidade Permanente

A aposentadoria por incapacidade permanente é devida ao segurado que, estando ou não em fruição de auxílio-doença concedido pelo Município, for considerado incapaz e insuscetível de reabilitação para o exercício das atribuições inerentes ao cargo de provimento efetivo de que é titular

Aposentadoria compulsória

O segurado, homem ou mulher, será aposentado compulsoriamente aos 75 (setenta e cinco) anos de idade, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição

Aposentadoria voluntária – regras permanentes

O segurado fará jus, preenchidos, cumulativamente, os seguintes requisitos:
I - 60 (sessenta) anos de idade, se mulher, e 65 (sessenta e cinco) anos de idade, se homem;
II - 25 (vinte e cinco) anos de contribuição, desde que cumprido o tempo mínimo de 10 (dez) anos de efetivo exercício no serviço público e de 5 (cinco) anos no cargo efetivo em que for concedida a aposentadoria.

Aposentadoria voluntária especial de professor(a)

O professor, servidor público, que comprove exclusivamente tempore efetivo exercício das funções de magistério na educação infantil e no ensino fundamental e médio

Aposentadoria Especial

O segurado cujas atividades sejam exercidas com efetiva exposição a agentes químicos, físicos e biológicos prejudiciais à saúde, ou associação desses agentes

Pensão por Morte

A pensão por morte consistirá numa importância mensal conferida ao conjunto de dependentes do servidor ativo ou do aposentado, quando do seu falecimento

REGRAS DE TRANSIÇÃO APOSENTADORIAS

PARA PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA (COM EFETIVO EXERCÍCIO EM SALA DE AULA):

REGRA POR PONTOS:

Soma da idade + tempo de contribuição.
Requisitos em 2025: Mulheres: 30 anos de contribuição + 83 pontos; Homens: 35 anos de contribuição + 93 pontos. A pontuação aumenta 1 ponto por ano, até atingir: 92 pontos (mulheres) e 97 pontos (homens)

REGRA DA IDADE MÍNIMA PROGRESSIVA:

Ela combina dois requisitos: Tempo mínimo de contribuição fixo + Idade mínima que aumenta gradualmente com o passar dos anos. Em 2025: Idade mínima cresce 0,5 ano por ano. Mulheres: 52 anos de idade + 25 anos de contribuição; Homens: 57 anos de idade + 30 anos de contribuição. Também exige: 10 anos no serviço público e 5 anos no cargo.

REGRA DO PEDÁGIO DE 100%:

Aplicável a quem estava próximo de se aposentar em 2019. Requisitos: Mulheres: 52 anos de idade, Homens: 55 anos de idade. Pagamento de pedágio de 100% do tempo que faltava em 13/11/2019. Exemplo: se faltavam 2 anos, será necessário cumprir mais 4. Também exige: 10 anos no serviço público e 5 anos no cargo.

PARA OS DEMAIS SERVIDORES PÚBLICOS

REGRA POR PONTOS: Soma da idade + tempo de contribuição

Requisitos em 2025: Mulheres: 30 anos de contribuição + 88 pontos, Homens: 35 anos de contribuição + 98 pontos. A pontuação sobe 1 ponto ao ano até chegar a: 100 pontos (mulheres) e 105 pontos (homens). Exige: 10 anos no serviço público e 5 anos no cargo.

REGRA DA IDADE MÍNIMA PROGRESSIVA:

Ela combina dois requisitos: Tempo mínimo de contribuição fixo + Idade mínima que aumenta gradualmente com o passar dos anos. Em 2025: Mulheres: 58 anos de idade + 30 anos de contribuição e Homens: 63 anos de idade + 35 anos de contribuição. Requisitos: 10 anos no serviço público e 5 anos no cargo.

REGRA DO PEDÁGIO DE 100%:

Ela é chamada de "pedágio" porque exige que o servidor trabalhe o dobro do tempo que faltava para se aposentar em 13 de novembro de 2019. Idade mínima: Mulheres: 57 anos e Homens: 60 anos. Também é preciso: 10 anos no serviço público e 5 anos no cargo

OBSERVAÇÕES FINAIS:

O valor da aposentadoria (proventos) depende da regra escolhida. Algumas regras permitem paridade (reajuste igual aos ativos) e integralidade (valor igual à última remuneração); outras seguem média de salários.

Sempre consulte o CEARÁ-MIRIM PREVI para simular sua aposentadoria antes de tomar decisões.